FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, COM FOCO EM INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA

MARIA GORETI DE SOUZA RABELLO DA SILVA

RESUMO
Este artigo tem como objetivo mostrar a realidade de muitos professores da educação infantil, onde tem crescido muito os casos de crianças com algum tipo de transtorno ou deficiência. Pela falta de prática na educação inclusiva e na formação dos professores esses profissionais ficam engessados, muitas vezes, perdidos, em relação a como desenvolver um bom trabalho na educação dessa criança. Em sua formação acadêmica a inclusão foi pouco trabalhada deixando-os com dificuldades para trabalhar no dia a dia. Sabemos que a educação deve ser inclusiva, e, que existem necessidades especiais que exigem que as escolas se adaptem, sendo este um desafio para os professores e a comunidade. A formação de professores é importante para que ocorra efetivamente a inclusão. Os professores estão, ou se sentem, despreparados com sua atuação na sala de aula, por falta de conhecimento e estrutura, e, em razão dessa dificuldade, é importante que a educação continuada desse profissional seja efetiva e constante, trazendo o conhecimento e seu pleno desenvolvimento. Para que ocorra a inclusão, não basta matricular o aluno com esses transtornos no ensino regular, é preciso adequação curricular, planejamento educacional individualizado, recursos pedagógicos específicos e, principalmente, a formação contínua dos professores.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente; Inclusão; Crianças com Autismo; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A formação de professores inclui não apenas qualificações, mas também a capacidade de interagir com os alunos e saber lidar com cada dificuldade enfrentada dentro da sala de aula. Esta é uma competência que aparece com destaque em muitas formações pedagógicas para melhorar o conhecimento dos professores e sobre como satisfazer as diversas necessidades dos alunos nas escolas. A capacidade de fazer com que os alunos compreendam e participem nas aulas ainda é uma nova realidade para muitos professores, e quando se deparam com crianças com transtornos de aprendizagem, não sabem como agir e o que fazer para que o aluno consiga acompanhar a turma e ter um desenvolvimento considerável.

Na área da educação infantil, há professores que nunca conviveram em sala de aula ou lecionaram para alunos com TEA (transtorno do espectro do autismo), e diante dessa realidade, os professores temem a sua capacidade de realizar ações que contribuam para o crescimento e inclusão dos alunos. A educação inclusiva deve ser ministrada em classes regulares com o objetivo de incluir os alunos com necessidades educativas especiais. Isso exige que as escolas se adaptem às necessidades de seus alunos.

As crianças com TEA enquadram-se num espectro abrangente. O autismo é um distúrbio de desenvolvimento mundial em que as pessoas com autismo têm dificuldade em interagir com outras pessoas, têm dificuldade em comunicar, estão excessivamente interessadas em alguma coisa e, por vezes, repetem movimentos desnecessários. A inclusão obriga-nos a reconsiderar as nossas diferenças, tendo em conta as características únicas de cada pessoa, tais como as suas diferentes características, competências, necessidades de aprendizagem e interesses. Segundo Schmit (2017):

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio de desenvolvimento complexo que se caracteriza por déficits na comunicação oral e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos sociais, além das alterações sociais, os padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades também são critérios diagnósticos do autismo.

Pode-se definir autismos ou transtorno do espectro autista como uma condição comportamental em que a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento e interação social, dificuldades na

comunicação, por exemplo, na aquisição da linguagem verbal e não verbal; alterações na cognição e presença de comportamentos repetitivos ou estereotipados.

De acordo a autora acima, os sintomas começam cedo na infância e na maioria das vezes, a causa está ligada a genética como a principal responsável, mas existem centenas de pesquisas sendo conduzidas. O diagnóstico é baseado em observação comportamental e deve ser feito por um médico especialista, geralmente psiquiatra ou neurologista infantil.

Levando em consideração que, a doença afeta diretamente as habilidades de comunicação e a interação, é necessário apoio e intervenções pedagógicas, com estratégias variadas, para o desenvolvimento da comunicação e a interação social.

O Campo das Habilidades Sociais (HS) tem sido estudado frequentemente do ponto de vista do treino de comportamentos socialmente relevantes, remetendo ao campo teórico-prático do Treinamento de Habilidades Sociais (THS).

A interação social está presente em nossas vidas o dia todo. Envolve brincar, ficar junto com pessoas, partilhar objetos e brinquedos, fazer coisas juntos, sendo recíproco na interação. De acordo aos autores mencionados nessa pesquisa, os indivíduos adquirem essas habilidades sociais de forma natural e sozinhas apenas observando comportamentos. Já as crianças com transtorno do espectro autista precisam do treino dessas habilidades, de forma adequada, em um ambiente acolhedor a essas necessidades, além do convívio com outras pessoas nos mais diversos contextos.

Dessa maneira, se indivíduos com TEA tiverem acesso à informação social de uma forma que seja facilmente compreendida e conseguirem identificar claramente o comportamento esperado deles em uma determinada situação, podem se envolver com mais sucesso em interações sociais.

Partindo do princípio de que a comunicação surge da interação, não é difícil imaginar porque a linguagem está bastante prejudicada no Transtorno do Espectro Autista, sendo quase uma consequência das dificuldades que esse indivíduo tem nas capacidades de interação social e comportamento.

Atualmente existem métodos de intervenção educacional para atender pessoas com TEA, que atuam visando desenvolver habilidades de interação social, comunicação e comportamento. Dessa forma, intervenções em habilidades sociais podem aumentar comportamentos adaptativos para aceitação social e independência desses indivíduos, contribuindo para habilidades de brincadeiras, de fazer amizades, habilidades acadêmicas e para alcançar e manter emprego, ou seja, habilidades importantes para cada faixa etária e nível de gravidade desses indivíduos.

Dentre as habilidades ensinadas incluem-se comportamentos sociais, tais como contato visual, comunicação funcional e comportamentos acadêmicos, tais como pré-requisitos para leitura, escrita e matemática; além de atividades da vida diária como higiene pessoal. O reforço faz parte de seu processo, assim, a recompensa torna viável para alcançar os objetivos propostos.

Nesse sentido, a comunicação está entre as principais dificuldades que limitam a convivência social de crianças com TEA, pois implica na realização diversas funções no cotidiano, para solicitar algo, para negar ou expressar o que se sente, entre outras possibilidades de conhecer-se e interagir com os outros.

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem despertado desafios e dúvidas. A criança com TEA tem o direito de ser educada num ambiente regular, onde a escola proceda às adaptações adequadas no processo de ensino e aprendizagem, a fim de descobrir respostas para o direito de todas terem à educação de qualidade, que considere as suas necessidades.

As tecnologias podem apresentar-se como importantes ferramentas, tanto de uso pessoal quanto educacional para auxiliar no desenvolvimento de crianças com TEA. Dentre as vantagens, encontram-se o acesso à informação de forma rápida, flexível, em tempo real e de qualquer lugar. Isso torna a tecnologia um recurso eficaz no atendimento das necessidades específicas das pessoas com transtornos, ou déficits, como no caso de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Em virtude de ser um déficit cognitivo ainda pouco conhecido e compreendido, cada

vez mais surge a necessidade da criação de recursos que possam facilitar o processo de desenvolvimento dessas crianças. Portanto, as intervenções tecnológicas podem melhorar a relação/conexão e o ensino das crianças com TEA, podendo tornar também o tratamento mais e eficaz, além de reduzir custos e tempo, somente quando bem utilizadas.

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão baseia-se no princípio de que todas as crianças podem e devem aprender juntas; portanto, as escolas devem considerar diferentes métodos de ensino, desde que os ritmos dos alunos sejam respeitados e sejam fornecidos métodos apropriados, currículo flexível, organização escolar adequada e uso adequado de recursos. Hoje, constatamos que as comunidades escolares enfrentam desafios significativos para garantir uma educação de qualidade para alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares. Porém, é importante ressaltar que são essas relações que possibilitam a superação das limitações pessoais. Isso porque essas relações criam outros caminhos que garantem a integração do indivíduo na vida, a interação e a cooperação com os outros. Segundo Vygotsky (apud COSTA, 2006, p. 236):

O indivíduo é constituído socialmente: todas as suas funções psicológicas têm origem social. Suas interações com o meio são construídas a partir de sua inserção em um universo histórico-cultural. A família, escola, comunidade e seus elementos constituintes - pais, irmãos, professores, colegas, amigos - fazem parte desse universo histórico-cultural e servem de elo intermediário entre sujeito e o objeto de conhecimento.

As escolas que não só respeitam a lei, mas também promovem a inclusão demonstram que valorizam a educação dos seus alunos, dando-lhes oportunidades para desenvolverem a autoconsciência e a autoestima. Embora existam documentos que protegem os direitos desses estudantes, nas escolas, a inclusão ainda tem um longo caminho a percorrer na prática, faltando preparação escolar, recursos, adaptações e conhecimentos básicos das leis que garantam os direitos das crianças.

Historicamente, obstáculos têm sido impostos as pessoas com deficiências, dificultando, e até mesmo impossibilitando, o acesso a benefícios sociais, como saúde e educação. No entanto, as tecnologias digitais podem operar como recursos de empoderamento, ampliando a possibilidade de integração social.

Colaborando com essa conjuntura e com os autores referenciados nas pesquisas, verifica-se nessas literaturas que o uso de tecnologias computacionais por crianças com autismo tem apresentado benefícios e resultados positivos. O uso dos aplicativos está associado as habilidades motoras e cognitivas, atenção, processamento sensorial, memória e até mesmo ao ambiente em que o autista está inserido.

Para Britto, (2016, p.73):

...afirma que a variedade de aplicativos existentes favorece a utilização destes em diferentes contextos, tanto escolares quanto terapêuticos ou domésticos. É possível encontrar aplicativos com recursos e jogos com os quais torna-se possível abordar, por exemplo, questões relativas a habilidades motoras, alfabetização, organização, rotina, independência, comportamento e habilidades sociais de comunicação e interação.

Decidir trazer essa discussão baseada nos autores pesquisados, que o uso dos aplicativos digitais no processo de ensino-aprendizagem pode ser usado como uma ferramenta potente no estímulo das habilidades comunicativas e sociais das crianças com TEA, além de abordar práticas inclusivas - para que surjam mais investigações e discussões sobre a necessidade das escolas e professores adaptarem-se ao processo inclusivo.

Nesse sentido, os aplicativos são possuidores de uma forma de linguagem que é capaz de acumular informação verbal e não verbal, utilizando-se de recursos multimídia, como áudio, vídeo, animações, imagens estáticas e em movimento, os quais possibilitam interação do usuário através de interfaces digitais.

Sabemos que nenhum processo de apren-

dizagem é igual, aprendemos de maneiras diferentes, utilizando diversas ferramentas para auxiliar na construção do conhecimento significativo. Para Levi Vygotsky (1960), a obtenção de conhecimentos é atingida por meio de uma ligação mediadora entre o ser humano e o ambiente. Para o autor, há dois tipos de elementos mediadores, a saber: os instrumentos e os signos. Segundo ele, o desenvolvimento desse aspecto se dá, sobretudo, pelas interações, que levam ao aprendizado.

Entretanto, por mais que essa influência tecnológica esteja presente em nossas vidas e na sociedade, parece que ela não é vista, ou é ignorada, quando adentramos os muros das escolas.

Por outro lado, sabemos que o avanço da tecnologia digital permite que mais pessoas tenham acesso a novas formas de aprender, a informática aplicada à educação pode contribuir para aprimorar o processo educativo, ampliando habilidades funcionais, facilitando a compreensão e auxiliando no estímulo adequado das crianças autistas.

Conforme SILVA (2008).

...embora o diagnóstico precoce e estímulos adequados facilitem a inclusão no ambiente escolar e social, é preciso estar ciente, que essas crianças precisam de acompanhamentos educacionais específicos, especializados e individualizados e que as adaptações e inclusão dos aplicativos digitais não seja uma mera coincidência da rotina cotidiana, mas sim, um meio de apoio relevante ao desenvolvimento. (p.37)

Os jogos quando são usados no contexto educacional podem ser considerados como uma maneira de enriquecer a criatividade dos alunos, além de proporcionar o exercício da sua imaginação, e ser método de auxílio para o desenvolvimento cognitivo da criança. (SANTANA et al. 2015).

Com a entrada da tecnologia no cotidiano da sociedade, faz-se necessário pensar, planejar e pôr em prática o uso da mesma no âmbito escolar, para que seja analisado como e quando ela pode influenciar em um melhor aprendizado, tanto em questões educacionais, quanto em relação às AVDs (Atividades de vida diária), que são as habilidades aprendidas na infância sobre as atividades comuns no cotidiano, das crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista (TEA). (OLIVEIRA.p.18 e19.2020).

Diante disso, ressalta-se a importância do uso de aplicativos digitais no desenvolvimento tanto mental como fisicamente de crianças, mesmo com algum tipo de necessidade especial. E é através desses jogos e brincadeiras que podem ser estimulados a imaginação e a interação entre as crianças.

Essas discussões carregam em si a potencialidade de articulação entre a dimensão social e científica, pois versam sobre temas ou questões que possuem uma vertente tecnológica agregada, de natureza social, que SANTOS (2002) caracteriza por envolver aspectos éticos, morais, políticos, econômicos, ambientais, culturais, dentre outros. (MENDES, 2012).

PROFESSORES E AS POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação de professores é essencial para implementar a inclusão de forma mais abrangente e proporcionar condições de apoio educacional que atendam às necessidades dos alunos. Isto ocorre porque os professores que abordam diretamente a inclusão provavelmente não estão preparados para abordá-la nas suas salas de aula. Outra questão importante é a formação de professores na área da educação especial, uma vez que os currículos educacionais incluíram recentemente elementos curriculares que tratam de questões relacionadas às deficiências. E se isso acontece dentro de uma universidade, o cenário fora dela fica ainda mais incerto. Embora muitas redes ofereçam formação contínua, essa, nem sempre é realizada no domínio da educação especial.

Além disso, se os professores não forem capacitados, como poderão promover o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais? Assim, ao invés das escolas promoverem a inclusão, as crianças acabam excluídas, mesmo na sala de aula. A formação adequada destes professores garantirá que os alunos com necessidades especiais tenham profissionais especializados e melhor preparados para ajudá-los. O sistema educativo deve também proporcionar aos alunos com necessidades educativas especiais um

currículo, métodos, recursos e organização específicos para satisfazer as suas necessidades. Também é importante lembrar que a formação de professores traz qualidade no ensino, mas não pode fazer tudo o que é necessário. É preciso pensar em outros aspectos macroeconômicos que moldam o sistema educacional e as condições de trabalho destes profissionais.

A orientação para a formação de professores passa pela formação inicial e, infelizmente, os programas universitários não acompanham essa formação, pois cada tipo de deficiência, transtorno ou síndrome tem características próprias e exige conhecimentos especializados e conhecimentos específicos disciplinares, não cobre a gama de conhecimentos necessários para este treinamento para diversas deficiências.

É sabido que para cada tipo de deficiência, é necessário um treinamento diferente, e isso não pode ser tratado de qualquer maneira, já que cresceu muito o número de crianças com deficiências nas escolas, e se o professor não estiver preparado para mais esse desafio em seu agrupamento, outros problemas, além dos que já são presentes, irão aparecer, principalmente na saúde desse professor.

O papel dos professores é essencial nas políticas de inclusão escolar para criar condições iguais para todos os alunos. É de extrema importância que as famílias se sintam seguras ao enviar seus filhos para um ambiente educacional, mesmo sabendo que ainda há muito trabalho a ser feito e desenvolvido no que diz respeito à inclusão de alunos com TEA.

Cunha, (2013) destaca que:

> é fundamental pensar na escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazeres (CUNHA, 2013, p.19).

Porém, nem sempre isso realmente acontece, nem toda escola tem as condições necessárias para promover mudanças na vida dos alunos, razão pela qual, no entanto, a educação muitas vezes é oferecida regularmente dentro de uma rede educacional pública ou privada, como de curta duração, cursos de treinamento, ou lato sensu, em geral, são mais acessíveis (tendo em conta que estão programados para um fim de semana por mês) e podem ser organizados em cada município.

O professor deve ter conhecimentos básicos para saber como interagir com esse aluno e a sua turma, como adequar os materiais didáticos e o conteúdo do livro didático e ter as instruções corretas para orientar o trabalho educativo em sala de aula. Realizar a socialização em grupo incluindo diversas atividades como: vários tipos de jogos educativos, colagens, documentos laminados com velcro, atividades que estimulem a fala, levando em consideração alguma comunicação verbal ou não verbal, sugerir métodos para auxiliar esse desenvolvimento, etc. se há interação entre alunos e professores, há compreensão na comunicação e aprendizagem satisfatória e os objetivos do plano de aula são alcançados.

Quando se observa o aluno com TEA, fica mais fácil adequar os materiais que serão utilizados para o seu desenvolvimento, observando sempre que cada criança tem o seu tempo, e, saber quais estímulos devem ser utilizados, entendendo que toda criança é capaz de aprender é fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada de professores da Educação Infantil com foco na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um aspecto crucial para garantir a qualidade da educação e o desenvolvimento pleno de todas as crianças. A inclusão efetiva de crianças com TEA requer um ambiente escolar acolhedor, adaptado e preparado para atender às necessidades específicas desses alunos, e os professores desempenham um papel fundamental nesse processo.

A formação continuada dos professores da Educação Infantil para lidar com crianças com TEA envolve a compreensão aprofundada do transtorno, suas características, desafios e possibilidades. É essencial que os professores conheçam estratégias pedagógicas

e recursos que possam apoiar o aprendizado e o desenvolvimento dessas crianças, adaptando sua prática educativa de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.
Além disso, a formação continuada deve abranger questões relacionadas à comunicação e interação com crianças com TEA, promovendo a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor. Os professores precisam desenvolver habilidades para estabelecer uma relação de confiança com esses alunos, compreendendo suas formas de comunicação e criando estratégias para promover sua participação ativa no ambiente escolar.
A formação continuada também deve contemplar o trabalho em parceria com outros profissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, para garantir um atendimento multidisciplinar e integrado às necessidades das crianças com TEA. A colaboração entre diferentes profissionais é fundamental para o planejamento de ações e estratégias que promovam o desenvolvimento global desses alunos.
Em suma, a formação continuada de professores da Educação Infantil com foco na inclusão de crianças com TEA é essencial para garantir uma educação de qualidade e promover o desenvolvimento integral de todos os alunos. Ao investir na capacitação dos professores e na criação de ambientes inclusivos, as escolas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as crianças têm a oportunidade de aprender, crescer e se desenvolver plenamente.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO. M.C.M; BOTTENTUIT JUNIOR, J, B; ZAQUEL, L.C.C. O Uso de Aplicativos para Auxiliar no Desenvolvimento de Crianças com Transtorno do Espectro Autista. Uberlândia. Olhares & Trilhas. Uberlândia |vol.21, n. 1. Artigo. Publicado em 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC. 1996.

BRASIL. 2012. Lei n° 12.764/12- Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRITTO, Talita Cristina Pagani et al. GAIA: uma proposta de guia de recomendações de acessibilidade web com foco em aspectos do autismo. 2016. 257 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

CARVALHO, D. A psicologia frente à educação e o trabalho docente. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 51-60, jan./jun. 2002.

CUNHA, Eugênio; Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2011.

MANTOAN, Teresa, Eglér. Por uma Escola (de Qualidade) para todos.

MANTOAN, Teresa, Eglér.(org.). Pensando e fazendo educação de qualidade. São Paulo: Moderna, 2001.

MELO, J. C; MELO, H. A. A educação infantil & Atendimento educacional Especializado: saberes necessários. Na formação de docentes de Crianças pequenas. Revista Humanidades e Inovação v. 5, n. 6 – 2018.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, E. G. Inclusão escolar na educação infantil. João Pessoa-PB, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão, construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.